

RR 1.156/2004-004-03-00.9 – 6ª Turma – DJU de 1º.11.2006

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO OBRIGAÇÃO NEGATIVA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. RESCISÃO DE CONTRATO ATRAVÉS DE ACORDOS HOMOLOGADOS NA JUSTIÇA. LIDE SIMULADA. Resta delineado nos autos que a postura da empresa, em proceder ao desligamento dos empregados com mais de um ano de serviço, através de acordos homologados na justiça, atenta contra a dignidade da justiça. A **ação civil pública** buscou reverter o comportamento da empresa, na prática de lides simuladas, com o fim de prevenir lesão a direitos sociais indisponíveis dos trabalhadores. Incontroverso o uso da justiça do trabalho como órgão homologador de acordos, verifica-se lesão à ordem jurídica, a possibilitar a aplicação de multa em razão do dano já causado à coletividade. Houve o arbitramento de multa de R\$1.000,00 por descumprimento das obrigações negativas determinadas na ação civil pública: abster-se de encaminhar os empregados à Justiça do Trabalho com a finalidade de obter homologação de rescisões do contrato de trabalho e de utilizar-se do judiciário trabalhista como órgão homologador das rescisões contratuais, sem real conflito entre as partes. Tal cominação não impede que o dano moral coletivo infligido em face da prática lesiva homologação de acordos trabalhista, utilizando-se do aparato judiciário com fim fraudulento, seja reparado, com multa a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, pelos danos decorrentes da conduta da empresa. **Recurso de revista conhecido e provido, para restabelecer a r. sentença que condenou a empresa a pagar o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização a ser revertida ao FAT.**

RR 1.776/2003-003-06-40.9 – 6ª Turma – DJU de 14.09.2007

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITOS DA SENTENÇA. ÂMBITO TERRITORIAL. DANO MORAL COLETIVO. INTERESSE DIFUSO. RESERVA DE QUOTAS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU REABILITADAS, NO PERCENTUAL DEFINIDO NA NORMA LEGAL. A alegação do reclamado de que cumpriu a norma legal, que exige percentual de contratação de empregados reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, considerando o número de empregados em cada filial ou agência, **não condiz com o disposto na norma legal, que determina a apuração, para incidência do percentual, em relação ao número de empregados da empresa, e não em cada estabelecimento.** Confirmado o dano moral coletivo, é de se verificar os efeitos da decisão, que determinou obrigação de fazer, no caso de reserva de postos de trabalho, com o fim de

contratação de trabalhadores portadores de deficiência habilitados e beneficiários da previdência social reabilitados, até atingir o percentual legal adequado ao número total de empregados da empresa, e de não dispensar tais empregados, sem a contratação de empregado substituto em situação análoga, além de penalidade pecuniária, com o fim de assegurar o cumprimento da lei, a ser revertida ao FAT, e indenização por dano moral coletivo, também a ser revertida ao FAT. **Apenas reforma-se a v. decisão, para adequá-la ao que dispõe o art. 16 da LACP, que embora confira efeitos *erga omnes* à sentença proferida em Ação Civil Pública, limita a abrangência competência territorial do órgão prolator da decisão. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido.**

AIRR 561/2004-096-03-40 – 6ª Turma – PUBLICAÇÃO: DJ 19/10/2007 (caso Mânica)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO. Não resta dúvida quanto à proteção que deve ser garantida aos interesses transindividuais, o que encontra-se expressamente delimitado no objetivo da ação civil pública, que busca garantir à sociedade o bem jurídico que deve ser tutelado. Trata-se de um direito coletivo, transindividual, de natureza indivisível, cujos titulares são os trabalhadores rurais da região de Minas Gerais ligados entre si com os recorrentes por uma relação jurídica base, ou seja, o dispêndio da força de trabalho em condições que aviltam a honra e a dignidade e na propriedade dos recorridos. Verificado o dano à coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação, cujo dever é do causador do dano. **O fato de ter sido constatada a melhoria da condição dos trabalhadores em nada altera o decidido, porque ao inverso da tutela inibitória que visa coibir a prática de atos futuros a indenização por danos morais visa reparar lesão ocorrida no passado, e que, de tão grave, ainda repercute no seio da coletividade.** Incólumes os dispositivos de lei apontados como violados e inespecíficos os arestos é de se negar provimento ao agravo de instrumento.

AIRR 169/2005-221-06-40 – 8ª Turma – DJU de 07.03.2008

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.

1. O elemento que distingue uma ação coletiva, que visa a resguardar interesses homogêneos, da simples reunião de ações individuais é a existência de uma tese jurídica geral, referente a determinados fatos, que, se acolhida, possa beneficiar diversas pessoas.

2. Do quadro fático trazido à baila pelo acórdão regional, imutáveis neste âmbito recursal extraordinário, ante o óbice da Súmula nº 126/TST, depreende-se que os fatos narrados pelo Ministério Público viabilizam a adoção de uma tese jurídica geral, aplicável a toda uma coletividade de interessados e independente da análise da situação individual e particular de cada pessoa.

3. Com base no contexto fático-probatório, o Tribunal Regional concluiu que o ato arbitrário do empregador constituiu inadmissível ingerência na organização sindical. Verificado o dano à coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação, cujo dever é do causador do dano.

4. Assim, cabível a indenização por dano moral coletivo, em montante revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, em atenção ao artigo 13 da Lei nº 7.347/85 e à Lei nº 7.998/90.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS. PRECLUSÃO.

Condenada em primeira instância, não cuidou a Reclamada de devolver tal matéria ao Tribunal Regional. A insurgência encontra-se preclusa.

DANOS MORAIS. QUANTUM. INDENIZATÓRIO. RECURSO DESFUNDAMENTADO.

A Agravante não amparou seu apelo em nenhum dispositivo legal ou constitucional, tampouco indicou divergência jurisprudencial, em desatenção ao artigo 896 da CLT e à Súmula nº 221 desta Corte. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

RR 98.921/2004-014-09-00 – 7ª Turma – DJU de 30.05.2008

I) RECURSO DE REVISTA DA EMPRESA-RÉ - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE NÃO-FAZER - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES CREDITÍCIAS NO SERASA - REQUISITO PARA A REALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES.

1. Conforme dispõe o art. 5º, XXXIII, da CF, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

2. No caso, o Regional manteve a sentença na parte em que condenou a Empresa-Ré a abster-se de utilizar banco de dados, tomar ou prestar informações creditícias relativas a empregados ou a candidatos a emprego. Salientou que o SERASA não se destina ao fim pretendido pela Ré, que somente poderia consultá-lo para verificar a idoneidade de seus clientes (futuros devedores) e não de seus empregados ou candidatos a emprego, que são, ou passariam a ser, credores dos salários.

3. O acórdão recorrido não viola o dispositivo constitucional mencionado, pois não restou demonstrado qual o interesse da Empresa em obter tais informações sobre seus empregados e os candidatos a emprego. Na verdade, o Regional entendeu que o empenho da Ré em granjear essas informações tinha o único objetivo de discriminar. Ademais, não aproveita à Recorrente a tese de afronta ao art. 5º, *caput*,

da CF, que contém norma genérica e somente poderia ser violado de forma reflexa, o que não se coaduna com o art. 896, c, da CLT. Recurso de revista da Empresa-Ré não conhecido.

II) RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS - CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E DE AÇÕES TRABALHISTAS AJUIZADAS.

1. Segundo a diretriz da Súmula 126 do TST, é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

2. No caso, o Regional deixou claro que o fato de a Empresa-Ré exigir que os candidatos a empregos apresentassem certidões de antecedentes criminais, por si só, não é suficiente para ensejar o pagamento da indenização por danos morais, nem caracteriza ato discriminatório a ser vedado. Salientou que o intuito da Ré era conhecer o perfil exato das pessoas recrutadas e colocá-las em função compatível, impossibilitando, por exemplo, que uma pessoa com antecedentes de furto ocupasse a função de caixa. Além disso, frisou que cabia ao Autor o ônus de provar a conduta discriminatória, principalmente a alegada compra de informações acerca do ajuizamento de ações por parte dos candidatos a empregos, a lesão à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, ônus do qual não se desincumbiu a contento.

3. Sendo assim, não há como divisar violação dos arts. 1º da Lei 9.029/95, 186 e 927 do CC e 5º, X, da CF, dados os pressupostos fáticos nos quais se lastreou o Regional, não mais discutíveis nesta Instância, de natureza extraordinária. Recurso de revista do Ministério Público do Trabalho não conhecido.

E-RR 784.948/2001 – SBDI-1 – DJU de 27.06.2008

RECURSO DE EMBARGOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E CORRELATOS. ATIVIDADE-FIM. RECURSO DE REVISTA CONHECIDO E PROVIDO. INDENIZAÇÃO GENÉRICA DA LACP. REVERSIBILIDADE AO FAT. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. A C. Turma adequou a condenação da Caixa Econômica Federal na obrigação de não-fazer, para limitar à hipótese em que os empregados da prestadora de serviços executem o trabalho com pessoalidade e mediante subordinação jurídica, reduzindo o valor da condenação de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$80.000,00 (oitenta mil reais), **sem nada alterar acerca da indenização genérica a que se refere o art. 13 da Lei 7347/85, no importe de cem mil UFIR.** De todo modo, as razões de recurso de revista não foram direcionadas a qualquer pretensão de redução ou afastamento da condenação na multa reversível ao FAT, e não há como se aplicar o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, com o fim de proceder à redução à multa, se remanesce o provimento objeto da procedência da Ação Civil Pública, ainda que parcial. Embargos não conhecidos.

AIRR 1.145/2006-003-20-40 – 6ª Turma – DJ de 07.11.2008

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESPROVIMENTO. Não merece provimento o agravo de instrumento que tem por objetivo o processamento do recurso de revista, quando não demonstrada violação literal de dispositivo constitucional ou legal, nem divergência jurisprudencial apta ao confronto de tese. Art. 896, e alíneas, da CLT.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento em **Recurso de Revista nº TST-AIRR-1145/2006-003-20-40.6, em que é Agravante EJS HOTÉIS E TURISMO S.A. e Agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO.**

E-RR - 2878800-05.2004.5.11.0001 Data de Julgamento: 29/10/2008, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, 3ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 28/11/2008.

RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA - TRANSAÇÃO - EXTENSÃO. O Regional, em síntese, entendeu que com o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta houve acordo entre as partes e o autor da presente ação, MPT, foi expresso em pedir a extinção do feito. Assentou que o referido instrumento de acordo limitou-se às obrigações de fazer da reclamada, não alcançado a questão da indenização por danos morais. Não foram prequestionados os artigos 840 e 849 do Código Civil, na forma determinada pela Súmula 297 do TST. Divergência jurisprudencial inservível. **Recurso de Revista não conhecido.**

20/03/2009

Sindicatos pagarão R\$ 300 mil por fraude em comissão de conciliação

Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 2ª Região (SP) resultou na condenação por danos morais coletivos de três sindicatos de São Paulo de R\$ 300 mil pela criação de comissão fraudulenta de conciliação prévia. Em decisão unânime, a **Oitava Turma** do Tribunal Superior do Trabalho acompanhou o voto da relatora, ministra Dora Maria da Costa, que negou provimento ao agravo dos sindicatos.

De acordo com a inicial, a comissão induzia os empregados a dar quitação geral e plena das verbas trabalhistas nas rescisões contratuais, sob pena de nada receberem. O MPT da 2ª Região soube dos

fatos por meio de representação feita pela juíza do Trabalho Maria José Bighetti Ordoño junto à Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. O motivo da representação foi o caso de dois advogados, empregados do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal (SIMPI), que, ao serem dispensados, sem justa causa, foram forçados a se submeter ao Núcleo Intersindical de Conciliação Prévia, instituído pelo sindicato por meio de convenção coletiva. Os advogados deveriam dar plena e geral quitação dos seus contratos de trabalho, sem a observância de prévia homologação da rescisão, sob pena de, não aceitando a “conciliação”, nada receber. No Núcleo havia vários outros empregados, de condição mais humilde, assinando o termo de conciliação, antes mesmo de receber o da rescisão do contrato de trabalho.

No curso das investigações, constatou-se que o procedimento utilizado pelo SIMPI em relação aos seus empregados ocorria em larga escala no Núcleo Intersindical quanto às “conciliações” ali conduzidas e realizadas. Outros empregadores também utilizavam o núcleo para “homologar” as rescisões contratuais de seus empregados de forma parcelada.

Braço de uma rede

Além disso, descobriu-se que o núcleo era um dos braços de uma rede, cuja ponta era o SIMPI, com uniformidade administrativa e de procedimentos, instituída por meio de duas convenções coletivas, uma celebrada entre o SIMPI e o Sindicato dos Empregados nas Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região e a outra entre a Federação dos Trabalhadores nessas indústrias (entidade sindical de segundo grau – representando as bases organizadas) e 43 sindicatos de trabalhadores nessas indústrias, com diversas bases territoriais. **Comprovaram-se várias práticas ilícitas, como falta de transparência na constituição e funcionamento do núcleo, inobservância da paridade, extravasamento do âmbito de aplicação da norma coletiva, inobservância do art. 477 da CLT e problemas com o custeio, com utilização do núcleo como fonte de renda para os sindicatos convenientes.**

O MPT requereu a antecipação de tutela, para os réus absterem-se de criar ou manter comissão de conciliação prévia e extinguirem, imediatamente, a que foi instituída, e a pagar indenização de R\$ 500 mil, reversível ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – pelo dano moral coletivo causado. O juiz de primeiro grau acolheu os pedidos. O TRT de São Paulo, ao analisar os recursos dos sindicatos, reduziu a pena pecuniária para R\$ 300 mil.

No recurso ao TST, o SIMPI sustentou a inexistência de irregularidades na formação da comissão e no procedimento adotado por ela. Afirmou que o núcleo foi instituído de forma paritária, e que os trabalhadores sempre foram informados sobre seus efeitos e sua faculdade, podendo-se fazer acompanhar por qualquer pessoa de confiança. A relatora, porém, rejeitou a alegação de violação do

artigo 5º, inciso II da Constituição Federal por se tratar de “um dispositivo de princípio genérico, cuja violação só se dá, quando muito, de forma reflexa”. ([AIRR-3046/2003-024-02-41.8](#))

RR 572/2005-018-10-00 – 6ª Turma – DJ 08.05.2009

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO OBRIGAÇÃO NEGATIVA. OFENSA AO VALOR SOCIAL DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA DE MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS LIGADOS A ATIVIDADE FIM DA EMPRESA. A reparação por dano moral coletivo visa a inibição de conduta ilícita da empresa e atua como caráter pedagógico. **A ação civil pública buscou reverter o comportamento da empresa, com o fim de coibir a contratação ilícita de mão de obra para serviços ligados a atividade-fim, por empresa interposta, no ramo da construção, para prevenir lesão a direitos fundamentais constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, que atinge a coletividade como um todo, e possibilita a aplicação de multa a ser revertida ao FAT, com o fim de coibir a prática e reparar perante a sociedade a conduta da empresa, servindo como elemento pedagógico de punição.** Recurso de revista conhecido e provido, para restabelecer a r. sentença, que condenou a empresa a pagar o valor de **R\$50.000,00** (cinquenta mil reais) a título de indenização a ser revertida ao FAT.

ED-ROAR - 6000-08.2006.5.10.0000 Data de Julgamento: 02/06/2009, Relator Ministro: Antônio José de Barros Levenhagen, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Divulgação: DEJT 13/06/2009.

RECURSO ORDINÁRIO - AÇÃO RESCISÓRIA - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 1 - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 818 DA CLT; 333, 336 E 368, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - ÔNUS DA PROVA - NÃO-CONFIGURAÇÃO. I - Constata-se da decisão rescindenda ter o Regional, com base no conjunto fático-probatório, concluído que o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região se desincumbiu do ônus de provar as irregularidades apontadas no processo rescindendo - obtenção de assinaturas dos empregados em branco, existência de -lista negra-, contratação de trabalhadores sem registro na CTPS e o trabalho infantil -, reformando, por conseguinte, a sentença para condenar a recorrente ao pagamento de indenização por **dano moral coletivo**. **II -** Tendo o Colegiado de origem dirimido a controvérsia não apenas pelo prisma do ônus subjetivo da prova, mas, sobretudo, à sombra do princípio da persuasão racional do art. 131 do CPC, valendo-se dos elementos constantes do processo rescindendo, não se divisa a alegada ofensa aos arts. 818 da CLT; 333, 336 e 368, parágrafo único, do CPC. **III -** A possibilidade de ter havido uma possível má-interpretação dos elementos dos autos não induz à rescisão do julgado com fulcro no inciso V do art. 485 do CPC, vindo à baila a Súmula nº 410 desta Corte. **2 - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 129, III, DA**

CONSTITUIÇÃO E 1º, V, DA LEI Nº 7.347/85 - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. I -

A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/1988). **II -** Por isso mesmo é que ele detém capacidade postulatória não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, I e II, da CF/1988). **III -** No campo das relações de trabalho, ao *Parquet* compete promover a ação civil pública no âmbito desta Justiça para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, bem assim outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (arts. 6º, VII, "d", e 83, III, da LC 75/93). **IV -** A conceituação desses institutos se encontra no art. 81 da Lei nº 8.078/90, em que por interesses difusos entende-se os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. **V -** Já os interesses coletivos podem ser tanto os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por relação jurídica base, como os interesses individuais homogêneos, subespécie daquele, decorrentes de origem comum. **VI -** Assim, a indeterminação é a característica fundamental dos interesses difusos e a determinação o é daqueles qualificados como coletivos ou como interesses individuais homogêneos, desde que o sejam indisponíveis. **VII -** A par disso, tem-se que, em última análise, todos são direitos coletivos em sentido amplo, pois envolvem interesses de grupos, tuteláveis por meio de ação civil pública.

VIII - Nesse passo, constata-se da decisão rescindenda que a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo decorreu principalmente do desrespeito aos direitos sociais constitucionalmente garantidos ao grupo de empregados representados na ação civil pública. **IX - Desse modo, é fácil inferir que o Regional não negou vigência ou eficácia aos arts. 129, III, da Constituição e 1º, V, da Lei nº 7.347/85, mas, ao contrário, observou-os para concluir que a conduta ilícita da recorrente, apurada nos autos da ação civil, violou interesses coletivos e difusos juridicamente tutelados, ensejando a indenização por dano moral coletivo.**

3 - AFRONTA AO ART. 16 DA LEI Nº 7.347/85 - COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE EMISSÃO DE TESE NA DECISÃO RESCINDENDA SOBRE A MATÉRIA TRAZIDA A LUME NA RESCISÓRIA. I -

Conquanto não se exija o requisito do prequestionamento, inerente aos recursos extraordinários, em virtude de a rescisória constituir ação autônoma, em que a atividade jurisdicional abrange tanto questões de fato quanto de direito, não é demais lembrar ser imprescindível a emissão de tese explícita na decisão rescindenda sobre a matéria trazida a lume na rescisória, a fim de permitir ao Tribunal, em sede de juízo rescindente, o exame da norma de lei ali subjacente, que se diz ter sido agredida. **II -** Nesse sentido tem-se orientado a melhor doutrina ao firmar posicionamento de que, embora prescindível o prequestionamento da norma legal, é indeclinável a higidez do exercício do juízo rescindente em rescisória, fundada no art. 485, inciso V, do CPC, que o fato ou fatos jurídicos, a partir dos quais se sustenta a ocorrência de ofensa a literal disposição de lei, possam ser objetivamente extraídos da decisão rescindenda. **III -** Constata-se da decisão rescindenda,

reproduzida alhures, não ter o Colegiado emitido pronunciamento sobre a competência territorial para apreciar a ação civil pública, nem fora exortado a tanto nos embargos de declaração aviados. **IV -** Constatado que na decisão não há sequer uma linha sobre a controvérsia à sombra do fato jurídico em razão do qual teria sido violado o referido dispositivo, torna-se absolutamente inviável aferir-se a procedência do juízo rescindente. **4 - OFENSA AO ART. 944 DO CÓDIGO CIVIL/2002 - EXTENSÃO DO DANO CAUSADO - NÃO-DEMONSTRAÇÃO. I -** Tendo por norte a lesividade inerente aos ilícitos praticados pela recorrente, com a não-observância da legislação trabalhista, pela utilização do trabalho de um menor de 16 anos, ausência de registro de vários empregados e a exigência de assinaturas em documentos totalmente em branco ou não preenchidos, somada à sua estatura econômico-financeira, tanto quanto o caráter pedagógico inerente à indenização, depara-se com a razoabilidade e a proporcionalidade da importância então arbitrada, pelo que não há como se divisar a pretensa violação literal e direta do art. 944 do Código Civil. **5 - MULTA DE 1% REFERENTE AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TIDOS POR PROTELATÓRIOS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - NÃO-CONHECIMENTO. I -** Constatado que o Regional não condenou a recorrente ao pagamento da multa de 1% pela interposição de embargos declaratórios tido por procrastinatórios, a matéria não se habilita ao conhecimento da Corte, dada a ausência de interesse recursal. II - Recurso a que se nega provimento.

RR 374/2004-037-01-00 – 5ª Turma – DJ 19.06.2009

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. A jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de atribuir legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento de ação civil pública na defesa de interesses individuais homogêneos. Precedentes. Ademais, sendo objeto da demanda a abstenção pela reclamada da prática de terceirização ilícita, envolve interesses de toda a coletividade, transcendendo a individualidade dos atuais cooperados, já que atinge trabalhadores antigos, atuais e futuros. Recurso de revista não conhecido. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126. Tendo o Tribunal Regional, com base nos fatos e provas, concluído que o transporte de concreto constitui atividade-fim da reclamada, prevista no contrato social, bem como estarem presentes os elementos do contrato de trabalho, previstos no art. 3º da CLT, entendimento diverso demandaria o reexame probatório, inviável ao teor da Súmula nº 126 do TST. Recurso de revista não conhecido. **DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.** A prática de terceirização de mão-de-obra destinada à execução de serviços ligados à atividade-fim da reclamada e à manutenção de empregados sem o contrato de trabalho anotado na CTPS, constitui fraude aos direitos sociais do trabalho constitucionalmente assegurados, atingindo valores essenciais de toda a coletividade de trabalhadores, atuais e potenciais. Desse modo, os danos decorrentes do ato ilícito da reclamada extrapolam a esfera individual, atentando também contra direitos transindividuais de natureza coletiva, definidos no art. 81, parágrafo único, do CDC. **Devida, portanto, a indenização por dano moral coletivo, com função**

preventivo-pedagógica, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Recurso de revista conhecido e não provido. MULTA PECUNIÁRIA. O Tribunal Regional não analisou a matéria conforme o art. 12, § 2º, da Lei nº 7.347/85, tampouco foi instado a fazê-lo, nos embargos de declaração opostos, pelo que incide o óbice do prequestionamento, ao teor da Súmula nº 297 do TST. Recurso de revista não conhecido.

A-AIRR 1.516/2007-107-03-41 – 8ª Turma – PUBLICAÇÃO: DEJT - 23/10/2009

AGRAVO - DANO MORAL COLETIVO - DESTINAÇÃO

A indenização a título de dano moral coletivo deve ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, em atenção ao artigo 13 da Lei nº 7.347/85 e à Lei nº 7.998/90. Agravo a que se nega provimento.

RR 513/2004-024-03-00 – 5ª Turma – PUBLICAÇÃO: DEJT 13/11/2009

DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. A prática de **intermediação de mão-de-obra, sem haver verdadeiro cooperativismo**, atinge toda a coletividade de trabalhadores - antigos, atuais e futuros -, constituindo verdadeira fraude aos direitos sociais do trabalho constitucionalmente assegurados e causando prejuízos à coletividade, na medida em que traz a sensação de despreço aos valores sociais do trabalho. Desse modo, os danos decorrentes do ato ilícito da reclamada extrapolam a esfera individual, atentando também contra direitos transindividuais de natureza coletiva, definidos no art. 81, parágrafo único, do CDC. Devida, portanto, a indenização por dano moral coletivo, com função preventivo-pedagógica, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Recurso de revista a que se dá provimento.

15/12/2009

Banco é obrigado a instalar portas giratórias e é condenado por danos sociais

A **Quarta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu (rejeitou) recurso do Banco Abn Amro Real S/A e, na prática, manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região (GO) que determinou a instalação de portas giratórias nas agências do banco e o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 15 mil “por danos sociais”. Ao julgar recurso do Ministério Público do Trabalho, **o TRT entendeu que, devido à ocorrência de quatro assaltos às agências do banco, era evidente a necessidade de adoção de medidas de segurança que não foram devidamente implementadas. Não só pelo direito dos**

trabalhadores de ter um ambiente de trabalho seguro, mas também para garantir a tranquilidade dos clientes das agências.

No processo em questão, o Ministério Público interpôs ação civil pública na Justiça do Trabalho e, com isso, conseguiu condenar o banco em primeira instância na obrigação de instalar as portas giratórias e no pagamento de multa para o caso do não cumprimento da determinação. O TRT manteve essa decisão e estipulou indenização de R\$ 15 mil por danos coletivos.

Inconformado, o Abn Amro Real S/A recorreu ao TST. No entanto, a Quarta Turma confirmou a competência do Ministério Público do Trabalho para propor a ação civil pública, que era contestada pelo banco, e decidiu que a determinação de instalação das portas giratórias, como medida de segurança não viola nenhum tipo de dispositivo legal.

Embora as portas giratórias não estejam explicitamente especificadas na legislação que trata o tema (Lei 7.102/83), o TST já decidiu, em ocasiões anteriores, que essa ausência se deve à impossibilidade de se citar todos os dispositivos existentes para segurança bancária. Assim, na avaliação da ministra Maria de Assis Calsing, relatora do processo na Quarta Turma, a obrigação de instalá-las se molda a qualquer relação de trabalho, pois “cabe ao empregador contribuir para diminuir os riscos inerentes à atividade profissional”. (RR-205/2004-007-18-00.3)

08/02/2010

Empresa paraense é condenada por dano moral coletivo

A empresa de transporte paraense Transurb foi condenada a pagar indenização por dano moral coletivo pela conduta reprovável de estimular seus empregados demissionários a recorrerem à justiça para receber as verbas rescisórias. A condenação foi imposta pela **Sétima Turma** do Tribunal Superior do Trabalho ao julgar recurso do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) que se insurgiu contra sentença regional favorável à empresa.

Ao analisar o caso no TST, o ministro Caputo Bastos verificou que a Transurb era recorrente na prática ilegal de orientar os seus empregados demissionários a recorrer à justiça para receber suas contas, constatou ainda que a orientação era feita pela própria chefe do departamento pessoal da empresa. **O relator informou que essa estratégia permitia à Transurb se livrar do prazo estipulado pelo artigo 477 da CLT para quitar as verbas rescisórias devidas ao empregado e transformava a justiça trabalhista “em um órgão meramente homologador dos acordos realizados em juízo para efeito de quitação do contrato de trabalho”.**

O relator ressaltou que o reconhecimento do dano moral coletivo, além de procurar coibir a empresa a continuar a praticar essa conduta “condenável do ponto de vista ético, jurídico e legal” e a utilizar a Justiça do Trabalho indevidamente como mero órgão homologador de rescisões contratuais, tem também a função de se evitar “a explosão de ações com pedidos de danos morais individuais decorrentes desse ato ilícito praticado pela empresa”.

Tecendo comentários a respeito da conceituação do dano moral, o ministro citou a Constituição de 88 e os artigos 186 e 927 do Código Civil, que tratam da questão, e explicou que “o dano moral pode atingir a pessoa, na sua esfera individual, mas também um grupo determinável ou até uma quantidade indeterminada de pessoas que sofrem os efeitos do dano derivado de uma mesma origem”.

Unanimemente a Sétima Turma aprovou a sua decisão de dar seguimento ao recurso de revista do Ministério Público, que havia sido trancado pelo Tribunal Regional da 8ª Região (PA/AP), e condenar a empresa por dano moral coletivo, considerando que o ato ilícito por ela praticado não atentou apenas contra o empregado do presente caso, mas contra toda a coletividade de trabalhadores. A Turma entendeu violado o artigo 5º, V e X, da Constituição. (RR-54340-93.2004.5.08.0004 – fase atual: RR)

RR 54340-93.2004.5.08.0004 Data de Julgamento: 03/02/2010, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 7ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 19/02/2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. PROVIMENTO. 1. Há de ser processado o recurso de revista quando cuida a parte de demonstrar a afronta direta pelo v. acórdão regional ao artigo 5º, V e X, da Constituição Federal. 2. Agravo de instrumento a que se dá provimento. **RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. PROVIMENTO.** 1. O dano moral, por ter previsão constitucional (artigo 5º, V e X) e por ser uma das facetas da proteção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF), possui caráter publicista e interessa a toda sociedade. Logo, se o dano moral pode atingir a própria coletividade, é justo e razoável que o direito admita a reparação decorrente da lesão de interesses coletivos. **2. Na hipótese dos autos, é incontroverso que constituía praxe da Empresa-demandada, ao dispensar seus empregados, orientá-los no sentido de pleitearem seus direitos trabalhistas junto a esta Justiça Especializada. Vale dizer: ao invés de proceder à regular quitação das verbas rescisórias no prazo fixado no artigo 477 da CLT, estimulava os empregados a ajuizarem reclamação trabalhista, transformando a Justiça do Trabalho em um órgão meramente homologador dos acordos realizados em juízo para efeito de quitação do contrato de trabalho.** Aliás, a prova testemunhal produzida nos autos comprova que tal orientação decorria da própria chefe do departamento pessoal da reclamada. 3. Reforça, ainda, a ocorrência de dano moral coletivo a

circunstância de a reclamada já ter sido anteriormente punida por essa mesma conduta e o Ministério Público do Trabalho ter, inclusive, ajuizado inúmeras ações rescisórias contra a ora agravada, postulando a nulidade dos acordos entabulados perante a Justiça do Trabalho, por ofensivos ao artigo 166, VI, do Código Civil. 4. Com o reconhecimento do dano moral coletivo visa-se coibir que a agravada, mediante essa prática condenável do ponto de vista ético, jurídico e legal, continue a utilizar a Justiça do Trabalho como mero órgão homologador de rescisões contratuais. Objetiva-se, também, e principalmente, evitar a explosão de ações com pedidos de danos morais individuais decorrentes desse ato ilícito praticado pela agravada. **5. Recurso de revista de que se conhece, por afronta ao artigo 5º, V e X, da Constituição Federal, e a que se dá provimento para restabelecer a r. sentença, no particular.**

AIRR 20440-52.2004.5.18.0001 Data de Julgamento: 10/03/2010, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 19/03/2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DANO RESTRITO À ESFERA REGIONAL. A Corte de origem, ao entender que compete à Vara do Trabalho de Goiânia examinar a **ação civil pública**, cujo dano que se pretende ser reparado limita-se ao Estado de Goiás, decidiu em consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-2 do TST. **CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 7.500/95 E Nº 13.415/98. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL E ESTADUAL.** Não refoge à competência dos estados e municípios legislar sobre a adoção de medidas de segurança nas agências bancárias, especificamente, a instalação de portas giratórias, tendo em vista que os referidos entes federativos possuem competência concorrente para tanto, a teor dos arts. 24 e 25 da Constituição Federal, além de terem o dever de zelar pela segurança dos seus cidadãos (art. 144/CF). Precedentes do STF e do STJ. **DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. O dano moral coletivo não decorre necessariamente da repercussão de um ato no mundo físico ou psicológico, podendo a ofensa a um bem jurídico ocorrer tão somente por um incremento desproporcional do risco (-damnum in re ipsa-). Na hipótese, conforme asseverado no acórdão regional, o réu não cumpriu a legislação que o obrigava a instalar portas giratórias nas agências bancárias, o que gerou a potencialização dos riscos de roubos às agências, com grave repercussão para os empregados e a clientela, sendo cabível, portanto, a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo.** Agravo de instrumento a que se nega provimento.

AIRR 61140-68.2002.5.16.0010 Data de Julgamento: 18/11/2009, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 19/03/2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL COLETIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. Na dicção da jurisprudência corrente do Supremo Tribunal Federal, os direitos individuais homogêneos nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) são coletivos e, portanto, passíveis de tutela mediante **ação civil pública** (ou coletiva). Consagrando interpretação sistêmica e harmônica às leis que tratam da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (artigos 6º, VII, letras -c- e -d-, 83 e 84 da LC 75/1993), não há como negar a sua legitimidade para postular tutela judicial para direitos e interesses individuais homogêneos. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. JURISPRUDÊNCIA INSERVÍVEL. Não se presta à demonstração de dissenso jurisprudencial, nos termos da Súmula n.º 337 do Tribunal Superior do Trabalho, aresto que não indica a respectiva fonte de publicação. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CONFIGURADO. A decisão hostilizada, mediante a qual se condena o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, encontra-se circunscrita aos limites do que postulado. Não se acolhe, daí, a alegação de julgamento *extra petita*, valendo salientar que cabe ao magistrado dar o devido enquadramento jurídico aos fatos articulados na petição inicial. Ileso, portanto, o artigo 460 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

VÍNCULO DE EMPREGO. Inviável o processamento do recurso de revista por violação do artigo 3º da CLT, uma vez que irrelevante para o deslinde da controvérsia, na presente hipótese em que se pleiteia a condenação ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da relação de trabalho, a questão relativa a caracterização ou não do vínculo de emprego. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. A decisão recorrida, ao manter o valor fixado à indenização devida por danos morais, levou em consideração a gravidade do dano resultante para o direito da personalidade dos trabalhadores em razão da conduta do reclamado, guardando observância aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade. O próprio arbitramento da quantia em questão, de cunho valorativo, encontra-se relegado à subjetividade humana, impossibilitando qualquer inferência de violação de dispositivo de lei ou da Constituição da República, ou a caracterização de dissenso pretoriano. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

MULTA PREVISTA NO ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. 1. A arguição de violação do artigo 538 do Código de Processo Civil não se revela capaz de impulsionar a pretensão recursal relativa à exclusão da multa aplicada, uma vez que o dispositivo não trata da imposição de multa por conta da interposição de embargos de declaração protelatórios, versando, unicamente, hipótese de interrupção de prazo mediante a veiculação da medida aclaratória. A hipótese dos autos encontra regência no parágrafo único do referido dispositivo de lei, não invocado pela parte. 2. De outro lado, a caracterização de divergência jurisprudencial não

pode prescindir da especificidade dos modelos colacionados, na forma da Súmula n.º 296, I, do Tribunal Superior do Trabalho. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

AIRR 90040-64.2006.5.04.0007 Data de Julgamento: 17/03/2010, Relatora Ministra: Maria Doralice Novaes, 7ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 30/03/2010 (MPT-PRT 4 x ZERO HORA – ASSÉDIO MORAL).

I) AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Estando os interesses em debate perfeitamente enquadrados dentro dos coletivos, goza o Ministério Público do Trabalho de legitimidade ativa para propor, perante o Judiciário Trabalhista, a presente ação coletiva, inexistindo as afrontas legais e constitucionais invocadas. **II) DANO MORAL COLETIVO - CARACTERIZAÇÃO E QUANTUM INDENIZATÓRIO. 1. A reparabilidade do dano moral coletivo não pode ter as mesmas premissas do dano moral tradicional, já que este, baseado no Código Civil, é dotado de cunho meramente patrimonialista e individualista, não enxergando, assim, os valores transindividuais de um sentimento coletivo.** 2. De fato, a honra coletiva tem princípios próprios que não se confundem com os interesses pessoais, na medida em que **leva em conta a carga de valores de uma comunidade como um todo, corporificando-se no momento em que se atestam os objetivos, as finalidades e a identidade de uma comunidade política.** 3. Nessa senda e considerando que o Texto Constitucional afirma a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político, como sendo fundamentos do Estado Democrático de Direito, tem-se que **a Empresa Ré, por intermédio de um de seus prepostos, ao desrespeitar e submeter seus trabalhadores a condições humilhantes de trabalho, circunstância, aliás, agravada pelo fato de a diretoria, quando informada, mais do que manifestar descaso, demonstrar concordância e aprovação em relação à conduta do autor do gravame, produziu uma lesão significativa a interesses extrapatrimoniais da coletividade e, como tal, merece ser condenada na reparação do mal, em valor adequado e justo.** 4. De fato, o ato da reclamada não só lesionou os princípios inerentes a dignidade da pessoa humana, comprometendo a qualidade de vida dos trabalhadores, como também violou diversos valores sociais, na medida em que a prática atingiu também, como é curial, a vida familiar, a vida comunitária e a sociedade como um todo. **5. Assim, considerando a gravidade do ato, o alto grau de culpabilidade da ré, o grande número de empregados vitimados pelo assédio moral, a resistência da ré às negociações e o descaso da direção da empresa, de se concluir que o valor indenizatório fixado, R\$ 300.000,00, mostra-se razoável à situação.** 6. Logo, o recurso da parte não merece trânsito pela via da alegada violação constitucional, visto que **ileso o inciso V do art. 5º da Carta Republicana.** Agravo de instrumento desprovido.

RR 81400-77.2007.5.14.0001 Data de Julgamento: 14/04/2010, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 23/04/2010.

RECURSO DE REVISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DANO MORAL COLETIVO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO VALOR SOCIAL DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA DE MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS LIGADOS À ATIVIDADE FIM DA EMPRESA. Resta definido se tratar de ação civil pública em que o Ministério Público do Trabalho, em face de denúncia anônima, verificou que a empresa dispensou os empregados que vendem passagem terrestre e procedeu a terceirização ilícita da referida atividade-fim, enunciado que os empregados eram demitidos e contratados imediatamente por prestadoras, que sequer detinham capital social para suportar o ônus do negócio. A reparação por dano moral coletivo visa à inibição de conduta ilícita da empresa e atua como caráter pedagógico. A ação civil pública buscou reverter o comportamento da empresa, com o fim de coibir a contratação ilícita de mão de obra para serviços ligados à atividade fim, por empresa interposta, para prevenir lesão a direitos fundamentais constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, que atinge a coletividade como um todo, e possibilita a aplicação de multa a ser revertida ao FAT, com o fim de coibir a prática e reparar perante a sociedade a conduta da empresa, servindo como elemento pedagógico de punição. Recurso de revista conhecido e provido, para condenar a empresa a pagar o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de indenização a ser revertida ao FAT.

RR 218600-18.2004.5.06.0143 Data de Julgamento: 07/04/2010, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, 3ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 23/04/2010.

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FRAUDE PERPETRADA CONTRA DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS POR FALSA COOPERATIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O artigo 129, III, da CF confere legitimidade ao *Parquet* para tutelar os interesses difusos e coletivos, autorizando-o, ainda, pelo inciso IX, a - *exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade* -. O excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu que os interesses homogêneos são espécie dos interesses coletivos, registrando que - *Direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos. (...) Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses homogêneos, stricto sensu, ambos estão cingidos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em ação civil pública, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas-*. (RE 163231 / SP - São Paulo, Relator Min. Mauricio Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 29-06-2001). Nesse contexto, correta a e.

Turma que reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar **ação civil pública** cujo objeto é a proibição de procedimentos atentatórios aos direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadores arregimentados por cooperativa tida por fraudulenta. Precedentes. **COOPERATIVA. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FRAUDE. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA.** Nos termos do art. 9º da CLT, ao Juiz cabe buscar os elementos essenciais necessários à configuração do verdadeiro liame jurídico entre as partes. Assim sendo, não há que se falar em violação do art. 442, parágrafo único da CLT, a decisão revisanda que, com base na prova carreada aos autos, reconhece a criação de cooperativa com o objetivo de burlar a legislação trabalhista, impondo à empresa-reclamada a obrigação de não realizar a intermediação de mão-de-obra de trabalhadores, associados ou não, em atividade-meio ou atividade-fim, sem que lhes seja assegurado o registro na CTPS e respectivos direitos trabalhistas e previdenciários. Indene, portanto, a literalidade do art. 442 da CLT. Recurso de revista não conhecido.

11/06/2010

Empresa é condenada em R\$ 200 mil por comprar informações sobre antecedentes de trabalhadores

A **Quinta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho **condenou em R\$ 200 mil**, por dano moral coletivo, a Higi Serv Limpeza e Conservação Ltda, **pela compra de banco de dados da empresa Innvestig, com informações sobre antecedente de crimes, reclamações trabalhistas e crédito de empregados e candidatos a emprego.**

Com a decisão, **a Quinta Turma acatou recurso do Ministério Público do Trabalho no processo de ação civil pública e, com isso, reverteu decisão anterior do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR).** O TRT havia liberado a Higi Serv da indenização por danos morais imposta pelo juiz de primeiro grau, sob o argumento de que o banco de dados com as informações dos trabalhadores não teria, comprovadamente, influenciado em contratações ou demissões de empregados.

Assim, não existiria prejuízo efetivo que pudesse gerar o dano moral a que a Higi Serv foi condenada. Inconformado, o Ministério Público recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho. **O ministro Emanuel Pereira, relator do processo na Quinta Turma, entendeu que “o simples fato de a reclamada violar a intimidade do empregado, por si só”, já contrariaria o artigo 5º, X, da Constituição Federal que garante a intimidade e a vida privada das pessoas.** “Tem-se que não existe necessidade de aferição dos prejuízos ou mesmo de sua comprovação para fins de configurar o dano moral. Esse decorre na mera invasão de privacidade, na qualidade de empregadoras do autor, ao investigar a vida íntima do trabalhador sem a sua autorização”, ressaltou o ministro, ao **dar**

provimento ao recurso do Ministério Público e restabelecer a condenação a indenização de R\$ 200 mil destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
(RR-9891800-65.2004.5.09.0014)

17/06/2010

Banco é condenado a pagar R\$ 500 mil por dano moral coletivo

A **Sétima Turma** do Tribunal Superior do Trabalho manteve sentença do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), em Ação Civil Pública que havia condenado o Banco Santander Banespa S/A ao pagamento de **R\$ 500 mil por dano moral coletivo**. No caso analisado, ficou comprovado para o Tribunal Regional que o banco, em sua agência de Juiz de Fora-MG, por um longo período submeteu seus empregados a um **ambiente nocivo, descumprindo normas de conduta trabalhista, colocando em risco a saúde dos empregados, além de não implementar corretamente um programa de saúde médico e ocupacional, submetendo-os a jornada de trabalho excessiva sem pagamento de horas extras**. Diante dessa situação, o TRT, ao analisar recurso do banco, manteve o valor da condenação, arbitrado pela Vara do Trabalho.

A empresa, inconformada com a decisão, recorreu ao TST. Entre outros argumentos, sustentou que o dano moral está relacionado “a noção de dor, de sofrimento, sentimento incompatível com a coletividade” não sendo possível a condenação por dano moral coletivo. E ainda: que o juiz, ao arbitrar o valor da sentença, levou em conta os resultados econômicos obtidos pelo banco em todo país – e não o número de funcionários da agência, no caso, 200.

Para a Juíza Convocada Maria Doralice Novaes, relatora da matéria na Sétima Turma, o Regional “pautou-se pelo princípio da razoabilidade para manter a decisão de primeiro grau, tendo considerado como parâmetros o porte social e econômico da empresa, bem como a gravidade e a extensão do dano sistematicamente sofrido pelos seus empregados e o caráter pedagógico da penalidade”. Quanto ao valor da indenização, a relatora entende ser “justo e adequado”, diante da gravidade dos fatos.

Territorialidade

Outro ponto questionado no recurso pelo banco foi quanto à limitação territorial dos efeitos da sentença. O Tribunal Regional havia entendido que os efeitos da decisão deveriam ser estendidos aos estabelecimentos bancários de todo território nacional, pois o dano moral coletivo teria natureza social. A relatora entendeu que, nesse aspecto, a sentença contrariou o disposto na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-2 do TST, que só confere amplitude nacional aos efeitos da coisa julgada

à ação civil pública ajuizada na Capital Federal. Diante disso, a Sétima Turma, por unanimidade, **reformou a sentença e determinou que os efeitos da decisão deveriam limitar-se à jurisdição da Vara do Trabalho em que ajuizada a ação civil pública no caso Juiz de Fora- MG.** (RR-32500-65.2006.5.03.0143)

RR 9891800-65.2004.5.09.0014 – 5ª Turma – Publicação: DEJT 18/06/2010

RECURSO DE REVISTA. EMPRESA DE BANCO DE DADOS. OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ANTECEDENTES CRIMINAIS, TRABALHISTAS E CREDITÍCIAS RELATIVAS A EMPREGADOS OU CANDIDATOS A EMPREGO. DANO MORAL COLETIVO.

I - Trata-se de discussão que envolve o direito de informação do empregador, diante da contratação pela empresa de serviços Innvestig, que vendia informações acerca de antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias de candidatos a vagas de emprego, *versus*, o direito à intimidade.

II - O constituinte de 1988 ao estabelecer um capítulo na Carta Magna, dedicado exclusivamente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em nenhum momento conferiu a qualquer deles um caráter absoluto. E, não tendo conferido nenhuma hierarquia entre os direitos fundamentais, a solução a ser utilizada é a ponderação de interesses.

III - Observa-se, pois, que **a pesquisa de antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias relativa a empregados ou candidatos a emprego revela-se discriminatória, configurando-se como verdadeiro abuso de poder e violação da intimidade das pessoas, tendo em vista a constatação de que a obtenção das informações era realizada a revelia dos candidatos.**

IV - A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais consagrou a tese de que, **em se tratando de danos morais, e não materiais, a única prova que deve ser produzida é a do ato ilícito, se presentes os pressupostos legais para a caracterização da responsabilidade civil, quais sejam, a culpa e o nexo de causalidade, porquanto tal dano constitui, essencialmente, ofensa à dignidade humana (art. 1º, inciso III, da Constituição da República), sendo desnecessária a comprovação do resultado, porquanto o prejuízo é mero agravante do lesionamento íntimo.**

IV - Diante disso, tem-se que **o ato da reclamada, ao contratar uma empresa para investigar os antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias, viola o artigo 5º, X, da Constituição Federal.** Recurso de revista conhecido e provido.

RR 110700-17.2003.5.03.0103 – 2ª Turma – Publicação: DEJT 19/11/2010

V. fundamentação (importantes subsídios sobre o dano moral coletivo)

RECURSO DE REVISTA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Há de se mostrar omissa a decisão, mesmo após a provocação da manifestação por intermédio de embargos declaratórios, para que reste demonstrada a negativa de prestação jurisdicional ensejadora do conhecimento do recurso de revista. Exegese do disposto no artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil. Recurso de revista não conhecido.

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS. ATOS DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS PELA RECLAMADA (alegação de violação dos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e 81, III, e 91 do Código de Defesa do Consumidor e divergência jurisprudencial). Não demonstrada a violação à literalidade de preceito constitucional ou de dispositivo de lei federal, ou a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, não há que se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento nas alíneas *a* e *c* do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

CONDUTA DISCRIMINATÓRIA. CARACTERIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA (alegação de violação dos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e 81, III, e 91 do Código de Defesa do Consumidor e divergência jurisprudencial). Não demonstrada a violação à literalidade de preceito constitucional ou de dispositivo de lei federal, ou a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, não há que se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento nas alíneas *a* e *c* do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. R\$80.000,00. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO (alegação de violação do artigo 944, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho e divergência jurisprudencial). Não demonstrada a violação de dispositivo de lei federal ou a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, não há que se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento nas alíneas *a* e *c* do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.